

TRÊS MIL MILITARES PARA CABO DELGADO?

Sem consultas, SADC faz uma análise pobre e recomendações inapropriadas

É já amanhã, 28 de Abril, que a missão de avaliação técnica da SADC que trabalhou em Maputo de 15 a 21 de Abril vai propor à Reunião Extraordinária do Comité Ministerial do Órgão o envio para Moçambique de 2.916 militares e meios logísticos para apoiar as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) no combate contra o extremismo violento e terrorismo. A decisão final sobre a aceitação ou não da proposta será conhecida na quinta-feira, 29 de Abril, na Cimeira Extraordinária da Dupla Troika da SADC, a decorrer em Maputo.



REPORT OF THE DOUBLE TROIKA PLUS ANGOLA TECHNICAL ASSESSMENT MISSION TO THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE ON THE ASSESSMENT OF THE SECURITY SITUATION IN CABO DELGADO AND REQUIRED REGIONAL SUPPORT

1.0 BACKGROUND

- 1.1 Following the security threat posed by acts of terrorism and violent extremism in the Province of Cabo Delgado in the Republic of Mozambique, the Extraordinary Double Troika Summit (EO-DTS) held in Maputo, Republic of Mozambique on the 8 April 2021, directed that a Technical Assessment Mission (TAM) be deployed to Mozambique to undertake an assessment of the security situation. The SADC Double Troika Plus Angola in her capacity as Chairperson of the Defence Intelligence Standing Committee (DISC) supported by the SADC Secretariat deployed in Mozambique from 15- 21 April 2021. The Terms of Reference of the Mission are attached as Annex A.

A força de intervenção da SADC seria constituída por três (3) batalhões de infantaria de 630 soldados cada, dois (2) esquadrões de forças especiais de 70 soldados cada; uma brigada de infantaria baseada no quartel-general composta por 100 homens; seis (6) helicópteros (sendo dois de ataque, dois armados e mais dois de logística); dois (2) navios de patrulha de superfície; um submarino; uma aeronave de vigilância marítima, bem como outra aeronave de apoio logístico, equipamento e pessoal de apoio.

As operações logísticas seriam realizadas por mar e ar e só depois “desceriam” para terra quando as condições de segurança assim o determinarem. Assim, as operações da força de intervenção da SADC estariam baseadas em Nacala-Porto e a

partir dali seriam expandidas para Pemba, Mueda, Ibo, Palma e, posteriormente, Mocímboa da Praia, assim que a vila estiver desocupada pelos terroristas.

A missão de avaliação técnica da SADC propõe que a força da SADC seja desdobrada imediatamente para apoiar as FADM a conter a ameaça terrorista e o extremismo violento em Cabo Delgado. Os especialistas alertam que a possibilidade de novos depois do mês do Ramadão continua alta, mas não excluem a probabilidade de ataques durante o período de jejum.

A missão recomenda ainda o envio imediato de recursos de inteligência (terrestres, aéreos e marítimos) e pessoal para apoiar a inteligência das FADM, a fim de obter um entendimento profundo sobre as actividades dos terroristas; a implantação

imediate de uma força da SADC composta por forças especiais navais para realizar operações direccionadas e eliminar o tráfico marítimo em Cabo Delgado.

Apoio logístico e treinamento para fortalecer a capacidade combativa das FADM; e ajuda humanitária às populações afectadas pelos ataques terroristas, incluindo os mais de 700 mil deslocados, são outras recomendações deixadas pela equipa técnica. A intervenção militar regional, cujo orçamento não possível verificar, seria financiada pelo Fundo de Contingência da SADC, contribuições de Estados membros e de parceiros continentais e internacionais. A equipa técnica propõe a criação de um mecanismo de coordenação para facilitar a comunicação entre a missão da SADC, a União Africana e as Nações Unidas.

Sobre a missão de avaliação técnica

“

O relatório da missão de avaliação técnica da SADC faz notar que os grupos terroristas são financiados por pessoas e entidades privadas baseadas na África do Sul, Tanzânia, RDC, Uganda, Burundi e outras partes do mundo, além do financiamento que recebem dos sindicatos do crime organizado que exploram madeira, pedras preciosas, e traficam marfim e drogas.

”



Constituída por especialistas militares e de inteligência de Angola, Botswana, África do Sul, Malawi, Tanzânia e Zimbábwe, a equipa técnica veio a Maputo avaliar as necessidades do País para o combate contra o terrorismo em Cabo Delgado, na sequência da decisão tomada na Cimeira Extraordinária da Dupla Troika da SADC realizada a 8 de Abril, na capital moçambicana. Além de trabalhar na Cidade de Maputo, a equipa técnica fez uma visita de reconhecimento a Cabo Delgado, onde reuniu com comandantes que estão no terreno e recebeu um briefing sobre os aspectos operacionais e de inteligência

militar.

Terá sido nesse encontro que os comandantes das FADM informaram à equipa técnica da SADC que o Porto e o Aeródromo da Mocímboa da Praia continuam sob controlo dos terroristas desde Agosto de 2020, e que a vila municipal foi transformada numa importante base do extremismo violento. Trata-se de uma informação que contraria a narrativa oficial do Governo que nunca admitiu que a vila municipal da Mocímboa da Praia estivesse nas mãos dos terroristas, faz oito (8) meses.

O relatório da missão de avaliação técnica da SADC faz notar que os grupos terro-

ristas são financiados por pessoas e entidades privadas baseadas na África do Sul, Tanzânia, RDC, Uganda, Burundi e outras partes do mundo, além do financiamento que recebem dos sindicatos do crime organizado que exploram madeira, pedras preciosas, e traficam marfim e drogas. “Actualmente, não há informações sobre onde os terroristas obtêm as armas, mas durante o último ataque à vila de Palma usaram novas armas. Algumas são capturadas dos soldados FADM mortos”. Sobre as comunicações, os grupos terroristas usam telefones satélites e telemóveis, sendo que “a Movitel é a sua rede preferida”.



Créditos: vanguarda.co.ao

Equipa técnica da SADC não consultou entidades independentes

A avaliação técnica feita pela missão da SADC baseou-se exclusivamente em informações do Governo e de oficiais das Forças de Defesa e Segurança (FDS). A equipa não consultou entidades independentes interessadas na situação de Cabo Delgado, incluindo académicos que se têm dedicado a estudar as causas do extremismo violento naquela província. A missão limitou-se a fazer uma avaliação das necessidades militares que Moçambique precisa e não reflectiu sobre a dimensão social do conflito em Cabo Delgado, incluindo as prováveis causas internas.

A ameaça terrorista e o extremismo violento não se resolvem apenas com soluções militares. É preciso incluir outras formas de intervenção, como a promoção do diálogo e de iniciativas socioeconómicas para reduzir a vulnerabilidade de jovens a recrutamentos pelos grupos extremistas.

Além disso, o número de efectivo proposto parece exagerado: três (3) mil homens é quase um Exército de Moçambique. Tratando-se de efectivos provenientes de diferentes países da SADC, seria necessário tempo para entrosar as forças e criar coesão e, com isso, evitar a ocorrência de incidentes de confrontação devido a eventuais falhas na comunicação. As tropas precisam de códigos no campo das operações e de harmonizar as táticas de combate, o que

não faz em poucos dias.

Portanto, a recomendação da equipa técnica de que a força de intervenção da SADC seja desdobrada imediatamente para Moçambique não parece acertada, justamente porque a situação exige que, primeiro, sejam criadas condições apropriadas para a presença de militares estrangeiros.

“

**“Os que chegarem de fora não virão para nos substituir, virão para nos apoiar”.
Resta saber se Nyusi irá aprovar a entrada de três mil homens em Cabo Delgado.**

”

A grande questão que se coloca é de saber se o Governo de Moçambique irá aceitar a proposta da missão da SADC, nos moldes em que foi concebida. Maputo tem insistido na necessidade de apoio logístico e treinamento das FADM e não é favorável à intervenção militar estrangeira, apesar da pressão internacional. As opções do Governo de Filipe Nyusi têm sido alvo de muitas críticas devido fundamentalmente à incapacidade demonstrada pelas FADM de garantir a segurança de pessoas e a protecção de bens públicos e privados, incluindo os investimentos na bacia do Rovuma.

No dia 7 de Abril, Nyusi reagiu às críticas afirmando que a rejeição de intervenção militar estrangeira em Cabo Delgado não era uma questão de “orgulho vazio”, mas sim de “sentido de soberania” e de “saber que nenhuma guerra é vencida se não for claro, desde o início, o que deve ser feito pelo próprio País e o que deve ser feito pelos aliados”. Ainda assim, o Presidente da República admitiu, ainda que implicitamente, a possibilidade de Moçambique vir a aceitar uma intervenção militar estrangeira: “Os que chegarem de fora não virão para nos substituir, virão para nos apoiar”. Resta saber se Nyusi irá aprovar a entrada de três mil homens em Cabo Delgado.

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

